



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 026/2016

(PAE n. 4.187/2016)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadora de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso I, da Resolução TRES n. 7.930/2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de cadeiras, longarinas e poltronas especiais.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **13 de abril de 2016, às 14 horas**, no mesmo *site*.

A licitação será do tipo MENOR PREÇO, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pelos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, 8.538, de 6 de outubro de 2015, 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2, de 11 de outubro de 2010.

I. DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no ANEXO I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital, deverão ser consideradas as do Edital.

1.1.2. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de 31 de maio de 2016.

1.2. O TRES não se obriga a adquirir item cotado pelo licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO I, podendo até realizar licitação específica para adquiri-lo, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/1993 e art. 16 do Decreto n. 7.892/2013.

1.3. O TRES somente solicitará a aquisição do item 5 do presente certame quando houver o esgotamento da Ata de Registro de Preços do item 6, conforme estabelecido no art. 8º, § 4º, do Decreto n. 8.538/2015.

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Os itens **1, 2, 3, 4, 6 e 7** do presente certame serão destinados **exclusivamente** à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, e da Lei n. 11.488/2007.

2.1.1. A empresa deverá providenciar o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

2.1.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto n. 8.538/2015.

2.1.3. As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas poderão participar também do **item 5**.

2.2. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.2.1. Estejam credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br, a qual atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

2.2.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.2.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.2.2 seja firmada, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 8.4 deste Edital.

2.2.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n. 5.450/2005, ressalvado o disposto no subitem 2.2.2.1.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESA, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.3.1. O TRESA não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.4. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema “Pregão Eletrônico”, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

4.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informadas no preâmbulo deste Edital.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Eletrônica, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.2. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

4.2. Deverá constar da proposta:

a) no campo “preço”: o preço, no VALOR UNITÁRIO do item cotado;

b) no campo “marca”: a MARCA do produto cotado, sem alternativa;

c) no campo “modelo/versão”: o MODELO / CÓDIGO / REFERÊNCIA do produto cotado, sem alternativas;

d) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: o detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas; e

e) em campo próprio do sistema: a capacidade de fornecimento, que deverá ser igual à quantidade máxima estimada, constante no ANEXO I.

4.2.1. Entenda-se como MODELO, CÓDIGO ou REFERÊNCIA a denominação adotada pelo fabricante para individualizar o produto.

4.2.2. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

4.2.3. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

4.2.4. Deverá ser informado, ainda, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, o prazo para garantia do objeto cotado, se superior a 5 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente deste Tribunal.

4.2.4.1. Na ausência de discriminação, na proposta, do prazo a que alude o subitem 4.2.4, considerar-se-á como proposto o prazo de garantia de 5 (cinco) anos, conforme ANEXO I deste edital.

4.2.5. O uso da expressão “ou similar” será considerado alternativa.

4.3. Após a fase de lances, o Pregoeiro convocará o licitante que apresentou o menor lance para informar, na forma prevista no subitem 7.2 deste Edital, o nome, o telefone e o endereço da empresa, localizada na Região da Grande Florianópolis, que prestará assistência técnica aos produtos durante o período de garantia.

4.4. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

4.5. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

4.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

4.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

4.8. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

V. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a Sessão na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no *síte* www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. Após a abertura da Sessão, o Pregoeiro verificará a consonância das propostas com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

5.2.1. A proposta que não atender às especificações do Edital será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

5.2.2. Será, também, motivo de desclassificação, a apresentação de mais de uma proposta para o item cotado.

5.2.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

VI. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO**.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

6.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. No transcurso da Sessão Eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.7. A etapa de lances será encerrada mediante encaminhamento, pelo Pregoeiro, de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.8. **Em relação ao item 5**, encerrada a etapa de lances, as microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas que tenham ofertado proposta superior em até 5% (cinco por cento) ao lance vencedor, poderão, na ordem de classificação, exercer o direito de preferência previsto nos artigos 44 da Lei Complementar n. 123/2006 e 34 da Lei n. 11.488/2007.

6.8.1. Em caso de empate entre valores apresentados por microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.8, o sistema realizará, automaticamente, sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.

6.8.2. O direito de preferência somente se aplica quando o lance vencedor não tiver sido apresentado por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.8.3. Para usufruir do direito de preferência, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

6.9. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6.8, o Sistema Eletrônico informará ao licitante que poderá enviar lance final e único para o item, inferior ao lance vencedor, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

6.9.1. Não sendo apresentado novo lance, serão convocados para ofertarem lance final e único, no mesmo prazo, os demais licitantes que possuírem o direito de preferência previsto no subitem 6.8, na ordem classificatória.

6.10. Após o encerramento da etapa de lances ou, se for o caso, do exercício do direito de preferência, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, via *chat*, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, via *chat*, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

VII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, o Pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta com o melhor preço, verificando a conformidade da marca e do modelo / código / referência informados com as exigências contidas no ANEXO I e comparando o preço ofertado com o custo estimado informado na Planilha de Custos, constante no ANEXO II deste Edital.

7.1.1. Se o preço ofertado exceder o custo estimado constante na Planilha de Custos, o Pregoeiro negociará com o licitante, por meio do Sistema, via *chat*, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.2. Na fase de aceitação das propostas, o Pregoeiro solicitará ao licitante vencedor que informe, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, por meio do sistema Comprasnet, via *chat*, o nome, o telefone e o endereço da empresa que, localizada na Região da Grande Florianópolis, prestará assistência técnica durante o período de garantia dos produtos.

7.3. Será, ainda, DESCLASSIFICADA a proposta que:

a) não contenha a marca e/ou o modelo/código/referência do item ofertado ou apresente alternativa de marca e/ou de modelo/código/referência; e/ou

b) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

c) apresente especificações conflitantes com as exigidas no ANEXO I deste Edital; e/ou

d) mantenha valor de item superior ao estabelecido na planilha de custos constante no ANEXO II deste Edital; e/ou

e) apresente preço que seja manifestamente inexequível; e/ou

f) não atenda à diligência prevista na alínea "a" do subitem 7.5.

7.3.1. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.3.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

b) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratações da mesma natureza;

c) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; e

d) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas no Item VIII, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.5. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou o melhor lance, em razão das especificações, da marca e/ou do modelo/código/referência indicados na proposta, o Pregoeiro:

a) fixará prazo para que a empresa apresente amostra, catálogo ou prospecto do objeto proposto ou declaração expedida pelo fabricante de que o objeto proposto possui as características especificadas no Edital, como condição necessária para a sua aceitação; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

7.5.1. Os produtos (cadeiras, longarinas ou poltronas especiais) apresentados como amostras deverão estar montados.

7.5.2. Para o item 7 desta licitação, é obrigatória a apresentação de prospecto para análise.

7.5.3. Caso o licitante que ofertou o melhor lance seja o fabricante do objeto proposto, a prova de adequação das características indicadas na proposta será feita exclusivamente por meio de apresentação de amostra.

7.5.4. As amostras deverão ser retiradas pelo licitante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de encerramento da Sessão Eletrônica.

7.5.4.1. As amostras aprovadas e não retiradas no prazo fixado neste subitem serão incorporadas ao patrimônio do TRES; já as amostras não aprovadas e não retiradas em igual prazo serão descartadas.

7.6. Após a negociação prevista no subitem 7.1.1 e aceitação do lance de menor valor, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos do Item VIII deste Edital.

VIII. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação será verificada, pelo Pregoeiro, por meio de consulta *on line* ao SICAF e análise dos itens relacionados no subitem 8.3 deste Edital.

8.1.1. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.2. No SICAF, serão observados:

a) a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

b) a regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, referente:

b.1) às contribuições para a Previdência Social (INSS); e

b.2) aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) o Quadro de Participação Societária, para aferição do disposto no subitem 2.4; e

d) o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades de suspensão de participação em licitação promovida por este Tribunal e de impedimento de licitar com a União.

8.2.1. No caso de impossibilidade de acesso ao SICAF, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e horário do seu prosseguimento.

8.3. Para fins de habilitação, serão verificados, ainda:

a) a declaração de que o licitante cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, nos termos do Decreto n. 4.358/2002;

b) a Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, por meio de consulta ao [site www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br);

c) o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de consulta ao [site www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br); e

d) o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União, por meio de consulta ao [site www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br).

8.3.1. A declaração de que trata a alínea "a" do subitem 8.3 deverá ser apresentada por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.4. Nos termos da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007, verificada, no SICAF, a existência de restrição relativa à regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que tenha apresentado melhor proposta, o Pregoeiro:

a) emitirá mensagem declarando o licitante vencedor do item, fixando prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.4.1. Poderá o licitante solicitar prorrogação do prazo fixado no subitem 8.4, alínea "a", por igual período, mediante mensagem enviada ao Pregoeiro, por meio do e-mail pregao@tre-sc.jus.br.

8.5. A não regularização da documentação nos termos do subitem 8.4 implicará:

a) decadência do direito da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa à contratação, sem prejuízo das sanções a que se refere o art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; e

b) exame, pelo Pregoeiro, quando da reabertura da Sessão, das propostas ou lances subsequentes, na ordem de classificação, nos termos do subitem 7.4 deste Edital.

8.6. Para usufruir do benefício de prazo para regularização da documentação de que trata o subitem 8.4, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da

proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

IX. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS

9.1. Após a fase de habilitação, será aberta a oportunidade para os demais licitantes reduzirem seus preços ao valor da(s) proposta(s) vencedora(s), visando à formação de cadastro de reserva na ata de registro de preços, conforme disposto nos arts. 10 e 11 do Decreto n. 7.892/2013.

9.1.1. Os licitantes serão convocados pelo Pregoeiro para manifestarem-se acerca do interesse na redução dos seus preços ao valor da(s) proposta(s) vencedora(s).

9.1.1.1. Aqueles que aceitarem reduzir seus preços deverão manifestar-se via *chat* no prazo de até 5 (cinco) minutos ou, a critério do Pregoeiro, encaminhar arquivo contendo sua manifestação por meio da opção "Enviar Anexo" do Sistema Comprasnet em até 30 (trinta) minutos, contados da convocação do Pregoeiro, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo III deste Edital.

9.1.1.2. Os licitantes convocados serão responsáveis pela integridade e pelo conteúdo dos arquivos encaminhados. Na hipótese de algum arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

9.1.1.3. O não envio da manifestação de que trata o subitem 9.1.1, dentro do prazo estabelecido, configurará o desinteresse do licitante em compor o(s) cadastro(s) de reserva na(s) ata(s) de registro de preços advinda(s) deste pregão.

9.2. Os licitantes que aceitarem a redução terão suas propostas analisadas pelo Pregoeiro quanto à conformidade do produto cotado com as especificações do objeto licitado, para fins de formação do cadastro reserva.

9.3. A apresentação de novos preços, na forma do subitem 9.1, não prejudicará o resultado do certame em relação ao(s) licitante(s) vencedor(es).

9.4. Havendo mais de um licitante na situação prevista no subitem 9.1, as propostas serão classificadas pelo Pregoeiro, mediante registro na ata dos trabalhos, segundo a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

9.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 9.1 será efetuada na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto n. 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 desse mesmo Decreto.

9.6. O procedimento previsto neste item será observado até a completa adequação do Sistema Comprasnet ao Decreto n. 7.892/2013.

X. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Após a habilitação de cada item deste certame, o sistema informará aos licitantes, de forma automática, a abertura do prazo de intenção de recurso.

10.1.1. Encerrada a fase de habilitação, qualquer licitante participante de qualquer um dos itens licitados poderá, ainda, dentro do prazo final de 20 (vinte) minutos, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.1.2. Tendo o recorrente apresentado as razões do recurso no primeiro ou segundo dias do prazo que lhe cabe, o Pregoeiro poderá antecipar o início da contagem do prazo de 3 (três) dias para os demais licitantes apresentarem contrarrazões.

10.1.3. Na hipótese de concessão de prazo para a regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que tenha apresentado melhor proposta, a etapa recursal será aberta por ocasião da retomada da Sessão prevista no subitem 8.4, alínea "b".

10.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação, oportunidade em que determinará a lavratura da Ata de Registro de Preços.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a ADJUDICAR o objeto deste certame, **POR ITEM**, ao licitante declarado vencedor, submetendo-o à homologação pela autoridade competente deste Tribunal, que determinará a lavratura da Ata de Registro de Preços.

10.3.1. Não havendo vencedor para o ITEM 6, este poderá ser adjudicado ao vencedor do ITEM 5, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

10.3.2. Se a mesma empresa vencer os ITENS 5 e 6, a contratação de ambos os itens deverá ocorrer pelo menor preço.

XI. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato ou a ata de registro de preços, deixar de entregar documento exigido para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedido de licitar e contratar com a União; e,
- b) descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes.

11.3. Para os casos não previstos no subitem 11.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 11.2 e na alínea “e” do subitem 11.3 são de competência do Presidente do TRESP.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega ou na substituição de item deste Pregão sujeitará o licitante, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

11.4.1. Relativamente ao subitem 11.4, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução contratual.

11.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 11.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 11.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.5.1. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e” do subitem 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESP, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

XII. DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

12.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Elemento de Despesa – Equipamentos e Material Permanente, Subitem 42 – Mobiliário em Geral.

XIII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

13.1. O licitante vencedor ficará obrigado a assinar a Ata de Registro de Preços e, ainda:

13.1.1. durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, fornecer a quantidade indicada na Nota de Empenho emitida pelo TRESP;

13.1.2. entregar os produtos solicitados em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho;

13.1.2.1. os produtos deverão ser entregues embalados individualmente;

13.1.2.2. a entrega dos produtos deverá ser agendada em contato com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESP, por meio dos telefones (48) 3251-7453 ou (48) 3251-3865, ou por *e-mail* para o endereço eletrônico aem@tresc.gov.br;

13.1.3. entregar os produtos no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESP, situado na Rua Vereador Arthur Mariano, n. 555, Forquilha, São José/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

13.1.3.1. após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, caso constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 10 (dez) dias, contados do recebimento, pelo licitante vencedor, da notificação emitida pelo TRESP;

13.1.3.2. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição de que trata o subitem 13.1.3.1 não interromperá a multa por atraso prevista no subitem 11.4 deste edital;

13.1.3.3. em caso de substituição de produtos, conforme previsto no subitem 13.1.3.1, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

13.1.4. prestar garantia do objeto pelo período indicado na proposta ou, na sua ausência, pelo prazo a que se refere o subitem 4.2.4.1 deste edital, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRESP;

13.1.5. dispor de assistência técnica na Região da Grande Florianópolis durante o prazo de garantia dos produtos;

13.1.6. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESP; e

13.1.7. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

XIV. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, que será conferida e atestada pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

14.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

14.1.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total ficar acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

14.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESP efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESP os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

14.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

XV. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, será celebrada Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, com validade de 12 (doze) meses, a partir de 31 de maio de 2016.

15.1.2. Será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame, conforme termos constantes da ata da sessão pública, com a finalidade de se formar um cadastro de reserva.

15.2. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de convocação para sua assinatura.

15.2.1. A recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo previsto sujeitará o licitante às penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

15.3. Sempre que o licitante vencedor não atender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes consignados no cadastro de reserva, na ordem de classificação, ou revogar o item específico ou a licitação.

15.4. Na hipótese de inadimplemento contratual ou cancelamento do registro do primeiro colocado, a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva para, na ordem de sua classificação e observadas as condições de habilitação, registrarem preços, assinando a Ata de Registro de Preços.

XVI. DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO

16.1. O TRESA fará as aquisições mediante a emissão de Nota de Empenho.

XVII. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

17.1. O TRESA poderá cancelar o Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas no Item XI deste Edital, em qualquer dos casos a seguir especificados, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

I - quando a Administração tiver presentes razões de interesse público; ou

II - quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei n. 8.666/ 1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

XVIII. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis até o término da vigência da Ata, fixada no subitem 15.1.

18.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

18.2.1. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar ao TRESA a variação dos valores, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

18.2.2. Caso o TRESA já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a empresa realize a entrega do produto, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado.

18.3. O TRESA terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

18.3.1. Durante esse período a empresa deverá efetuar as entregas dos pedidos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRESA. Nesse caso, o TRESA procederá ao reforço dos valores pertinentes aos materiais empenhados após o pedido de revisão.

18.3.2. A empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

XIX. DO CONTRATO

19.1. O contrato que advier do registro de preços objeto da presente licitação terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 5.450/2005.

19.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão e respectiva Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

19.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem justificativa por escrito aceita pelo Secretário de Administração e Orçamento, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, registrar preço, assinando a respectiva ata e celebrar o contrato.

19.3.1. Nesse caso, sujeita-se, o licitante vencedor, às penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

19.4. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no subitem 15.3.

19.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XX. DA RESCISÃO

20.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

20.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" do subitem 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" do subitem 11.3.

XXI. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. O Contratante se obriga a promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESA, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão de eventuais contratações, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, que poderá, ainda,

sanar eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por meio dos telefones (48) 3251-7452 ou (48) 3251-3865.

21.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

21.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/1993, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto n. 7.892/2013.

21.4. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Eletrônica, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br, conforme art. 19 do Decreto n. 5.450/2005.

21.6. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico "Comprasnet".

Florianópolis, 28 de março de 2016.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações

PREGÃO N. 026/2016

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP n. _____/2016

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC, resolve, nos termos da Lei n. 8.666/1993 e do Decreto n. 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão n. 026/2016, REGISTRAR OS PREÇOS de cadeiras, longarinas e poltronas especiais, conforme descrito no ANEXO I, do Edital Convocatório do Pregão n. 026/2016, da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, sediada na _____, telefone _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, residente _____ e inscrito no CPF sob o n. _____.

1.1. Fica(m) registrado(s) para o(s) item(ns) abaixo especificado(s) o(s) seguinte(s) preço(s):

1.1.1. Cadeira de interlocutor sem braços, na cor preta.

Marca:

Modelo/Código/Referência:

Quantitativo estimado: 50 (cinquenta) unidades.

Preço unitário: R\$(.....)

E/OU

1.1.2. Cadeira de digitador com braços, na cor preta.

Marca:

Modelo/Código/Referência:

Quantitativo estimado: 50 (cinquenta) unidades.

Preço unitário: R\$(.....)

E/OU

1.1.3. Cadeira de interlocutor sem braços, em lã azul.

Marca:

Modelo/Código/Referência:

Quantitativo estimado: 50 (cinquenta) unidades.

Preço unitário: R\$(.....)

E/OU

1.1.4. Cadeira de digitador com braços, em lã azul.

Marca:

Modelo/Código/Referência:

Quantitativo estimado: 30 (trinta) unidades.

Preço unitário: R\$(.....)

E/OU

1.1.5. Longarina com 3 (três) cadeiras.

Marca:

Modelo/Código/Referência:

Quantitativo estimado: 45 (sessenta) unidades.

Preço unitário: R\$(.....)

E/OU

1.1.6. Longarina com 3 (três) cadeiras.

Marca:

Modelo/Código/Referência:

Quantitativo estimado: 15 (quinze) unidades.

Preço unitário: R\$(.....)

E/OU

1.1.7. Poltrona especial – Poltrona tipo presidente.

Marca:

Modelo/Código/Referência:

Quantitativo estimado: 20 (vinte) unidades.

Preço unitário: R\$(.....)

1.2. A quantidade estimada de consumo, de que trata a subcláusula 1.1, será adquirida de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, mediante emissão de Nota de Empenho.

1.3. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas quando da emissão de Nota de Empenho.

1.4. O prazo de entrega é de, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita no Depósito de Móveis e Equipamentos do TRESP, situado na Rua Vereador Arthur Mariano, n. 555, Forquilha, São José/SC.

1.5.1. A entrega dos produtos deverá ser agendada em contato com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESP, por meio dos telefones (48) 3251-7453 ou (48) 3251-3865, ou por *e-mail* para o endereço eletrônico aem@tre-sc.gov.br.

1.5.2. Os produtos deverão ser entregues embalados individualmente.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata tem prazo de vigência por 12 (doze) meses, a partir de 31 de maio de 2016.

1.8. O Contratante se obriga a promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESP, ou seu substituto, a gestão de eventuais contratações, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, que poderá, ainda, sanar eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por meio dos telefones (48) 3251-7453 ou (48) 3251-3865.

1.9. O eventual fornecimento, objeto da presente Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições do edital do Pregão n. 026/2016, além das disposições constantes da proposta apresentada pelo licitante vencedor, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste documento, no que não o contrarie.

1.10. Integra a presente Ata de Registro de Preços o CONTRATO DE GARANTIA, em anexo, firmado nesta mesma data.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Florianópolis, de de 2016.

TRESC

EMPRESA

TESTEMUNHAS

MINUTA DO CONTRATO DE GARANTIA

Contrato de garantia, autorizado pelo Senhor _____, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. ____ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 4.187/2016 (Pregão n. 026/2016), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa _____, decorrente da Ata de Registro de Preços n. .../2016, em conformidade com as Leis n. 10.520/2002, 8.666/1993 e 8.078/1990 e com o Decreto n. 5.450/2005.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em São José/SC e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada Contratada, neste ato representada pelo(a) seu (sua) _____, Senhor(a)..... inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) _____, tem entre si ajustado o presente **CONTRATO DE GARANTIA** aos produtos objeto da Ata de Registro de Preços n. .../2016, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e com o Pregão antes mencionado, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A Contratada obriga-se a prestar, pelo período de _____, garantia aos produtos que vierem a ser fornecidos ao Contratante por meio da Ata de Registro de Preços n. .../2016, decorrente do Pregão n. 026/2016.

1.1.1. O prazo de garantia acima fixado inicia-se a partir do recebimento definitivo dos produtos pelo setor competente do TRES.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DA GARANTIA

2.1. Tendo como referência a data de abertura do respectiva ordem de serviço pela Contratada, os produtos deverão ser consertados no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias.

2.1.1. Não sendo o defeito sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o consumidor exigir a substituição do produto por outro da mesma marca e do mesmo modelo, em perfeitas condições de uso.

2.1.2. A Contratada deverá dispor de assistência técnica na Região de Grande Florianópolis durante o prazo de garantia dos produtos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato terá vigência até 31 de maio de 2016, contada a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

5.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar na execução deste Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

5.3. Para os casos não previstos na subcláusula 5.2 poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

5.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 5.2 e na alínea "e" da subcláusula 5.3 são de competência do Presidente do TRESC.

5.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no conserto e/ou substituição do(s) produto(s) durante o período da garantia, nos termos da subcláusula 2.1 deste contrato, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do bem em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

5.5. Relativamente à subcláusula 5.4, o atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado como inexecução contratual.

5.6. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 5.3, alíneas "a", "b", "c" e "d" e 5.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

5.6.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

5.7. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea "e" da subcláusula 5.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

6.2. Nos casos de rescisão previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

7.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O Contratante se obriga a promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESA, ou seu substituto, ou superior imediato, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.2. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante.

8.3. O Contratante não se obriga a adquirir o(s) bem(ns) objeto da Ata de Registro de Preços n. .../2016, nos termos do Decreto n. 7.892/2013.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ... de de 2016.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

PREGÃO N. 026/2016

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de cadeiras, longarinas e poltronas especiais.

2. ESPECIFICAÇÕES:

ITEM 1: CADEIRA DE INTERLOCUTOR SEM BRAÇOS, NA COR PRETA

ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">• com 4 pés, estrutura tubular curvada em aço ABNT SAE 1020 com espessura da parede do tubo de 1,5 mm no mínimo, no formato cilíndrico com diâmetro mínimo de 20 mm OU no formato oblongo com bitola mínima de 16x30 mm;• acabamento em pintura eletrostática a pó, na cor preta fosca, com tratamento antiferrugem, revestindo totalmente as partes metálicas da estrutura; e• característica: empilhável, mínimo 5 unidades.
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">• em madeira compensada multilâminas, com, no mínimo, 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos OU painel conformado anatomicamente, injetado em resina termoplástica, polipropileno (PP) copolímero;• moldado anatomicamente, com espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC OU espuma laminada de PU densidade 33, com espessura mínima de 4 cm (quatro centímetros), alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizado com bordas arredondadas; de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;• dimensões mínimas: 44 cm de largura e 40 cm de profundidade;• altura mínima do assento ao chão: 44 cm;• com borda frontal arredondada e ligeiramente inclinada; e• revestimento em couro ecológico na cor preta.
ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none">• com estrutura de polipropileno ou em madeira compensada multilâminas, com, no mínimo, 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos;• moldado anatomicamente, com espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC OU espuma laminada de PU densidade 33, com espessura mínima de 4 cm, alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizado com bordas arredondadas; de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitável nos quesitos segurança e estética;• dimensões mínimas: 32 cm de altura e 42 cm de largura; e• revestimento em couro ecológico na cor preta.
QUANTIDADE (mínima e máxima)	50 (cinquenta) unidades.
CÓDIGO SIASG	BR0248192

ITEM 2: CADEIRAS DE DIGITADOR COM BRAÇOS, NA COR PRETA

ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">• base com, no mínimo, 5 hastes confeccionadas em aço tubular unidas entre si por processo de solda MIG robotizada e sobre eles perfil de proteção e acabamento em polipropileno, OU em polímero termoplástico de alta resistência, nylon, com alojamento para engate do rodízio nas extremidades externas;• tubo central com rolamento de esferas para a rotação do assento;• sistema amortecedor com mola ou coxim de borracha que absorva os impactos do sentar brusco e sistema que impeça o surgimento de ruídos;• capa em polipropileno que assegura proteção contra a exposição de partes lubrificadas e contra o acúmulo de pó;• acabamento em pintura eletrostática a pó, na cor preta, com tratamento antiferrugem, acabamento fosco, revestindo totalmente as partes metálicas da estrutura;• rodízio duplo em PU injetado, duplo giro, com eixo vertical e eixo horizontal em aço trefilado 1010/1020 e rodas com no mínimo 4,8 cm e no máximo 6 cm de diâmetro externo. O eixo vertical deve ser dotado de anel elástico em aço que evite a soltura espontânea. Sobre os rodízios deve haver proteção de partes móveis em material não deformável e resistente a impactos, exceto metal;
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">• estrutura moldada em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro; com capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética; com perfil de proteção e acabamento em poliuretano injetado nas bordas com alta resistência mecânica contra impacto e a produtos químicos; OU estrutura em madeira compensada multilâminas, com, no mínimo, 7 lâminas, moldada anatomicamente a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos, com capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;• almofada em espuma injetada de poliuretano flexível em formato anatômico, com, no mínimo, 4 cm de espessura, isenta de CFC, alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento e alta tensão de ruptura, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• ligeira inclinação na parte frontal do assento;• fixação por meio de parafusos com sistema de travamento tipo porca garra ou similar que evite a soltura espontânea;• proteção em polipropileno injetado em toda a parte inferior do assento;• dimensões mínimas: 44 cm de profundidade e 46 cm de largura, com altura mínima em relação ao piso de 42 cm e altura máxima no mínimo de 51 cm;• sistema de regulagem de altura do assento com pistão pneumático classe 4 (gás) com no mínimo 9 cm de curso de regulagem para altura;• sistema de regulagem de movimento sincronizado entre o assento e o encosto na proporção de 2,0° a 2,5° do encosto para 1° do assento;• sistema de regulagem de tensão do movimento sincronizado assento/encosto;• revestimento da almofada do assento em couro ecológico na cor preta.

ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none"> • estrutura deve ser moldada em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro com acabamento no contra-encosto em polipropileno com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética, fixada através de sistema macho-fêmea, sem a necessidade de parafusos; • almofada em espuma injetada de poliuretano flexível em formato anatômico, com no mínimo 4 cm de espessura, isenta de CFC, alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento e alta tensão de ruptura, baixa fadiga, baixa deformação permanente; • que obedeça a curvatura da coluna vertebral humana, com leve formato de contornos anatômicos; • ligação entre assento e encosto por chapa de aço estampada isenta de ângulos retos com, no mínimo, 6 mm de espessura e com capa de acabamento em polipropileno texturizado sem rugosidades e que permita fácil limpeza; • dimensões mínimas: 44 cm de altura e 41 cm de largura; • regulagem telescópica de altura do encosto, com no mínimo 8 posições de encaixe; • regulagem de inclinação do encosto, com bloqueio em, no mínimo, 4 posições; • sistema anti-impacto que impeça o retorno brusco do encosto contra o usuário no destravamento; • sistema de regulagem de movimento sincronizado entre o assento e o encosto na proporção de 2,0° a 2,5° do encosto para 1° do assento; • sistema de regulagem de tensão do movimento sincronizado assento/encosto; e • revestimento da almofada do encosto em couro ecológico na cor preta.
APOIO DE BRAÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • apoio de braços com alma de vergalhão de aço trefilado, com largura mínima de 11 mm, revestido em poliuretano integral texturizado; • medidas mínimas do apoio: 7 cm de largura e 25 cm de comprimento; • leve inclinação na parte frontal do apoio; • regulagem telescópica vertical (de altura) com, no mínimo, 4 posições de encaixe num curso mínimo de 5 cm e regulagem horizontal (de abertura) com travamento e num curso mínimo de 3 cm para cada lado do assento; • corpo do apoio de braços revestido em polipropileno de alta resistência; e • acabamento com pintura eletrostática a pó, na cor preta, acabamento fosco, com tratamento antiferrugem através de tratamento químico com banho de fosfatização, revestindo totalmente a estrutura.
QUANTIDADE (mínima e máxima)	50 (cinquenta) unidades.
CÓDIGO SIASG	BR0150108

ITEM 3: CADEIRA DE INTERLOCUTOR SEM BRAÇOS, EM LÃ AZUL

ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">• com 4 pés, estrutura tubular curvada em aço ABNT SAE 1020 com espessura da parede do tubo de 1,5 mm no mínimo, no formato cilíndrico com diâmetro mínimo de 20 mm OU no formato oblongo com bitola mínima de 16x30 mm;• acabamento em pintura eletrostática a pó, na cor preta fosca, com tratamento antiferrugem, revestindo totalmente as partes metálicas da estrutura; e• característica: empilhável, mínimo 5 unidades.
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">• em madeira compensada multilâminas, com, no mínimo, 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos, OU painel conformado anatomicamente, injetado em resina termoplástica, polipropileno (PP) copolímero;• moldado anatomicamente, com espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC OU espuma laminada de PU densidade 33, com espessura mínima de 4 cm (quatro centímetros), alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizado com bordas arredondadas; de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;• dimensões mínimas: 44 cm de largura e 40 cm de profundidade;• altura mínima do assento ao chão: 44 cm;• com borda frontal arredondada e ligeiramente inclinada; e• revestimento em lã azul, fogo-retardante (não propaga chama), resistente a ruptura, desfiadura e propagação de rasgos.
ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none">• com estrutura de polipropileno ou em madeira compensada multilâminas, com, no mínimo, 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos;• moldado anatomicamente, com espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC OU espuma laminada de PU densidade 33, com espessura mínima de 4 cm, alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizada com bordas arredondadas; de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;• dimensões mínimas: 32 cm de altura e 42 cm de largura; e• revestimento em lã azul, fogo-retardante (não propaga chama), resistente à ruptura, desfiadura e propagação de rasgos.
QUANTIDADE (mínima e máxima)	50 (cinquenta) unidades.
CÓDIGO SIASG	BR0346921

ITEM 4: CADEIRA DE DIGITADOR COM BRAÇOS, EM LÃ AZUL

ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">• base com, no mínimo, 5 hastes confeccionadas em aço tubular unidas entre si por processo de solda MIG robotizada e sobre eles perfil de proteção e acabamento em polipropileno, OU em polímero termoplástico de alta resistência, nylon, com alojamento para engate do rodízio nas extremidades externas;• tubo central com rolamento de esferas para a rotação do assento;• sistema amortecedor com mola ou coxim de borracha que absorva os impactos do sentar brusco e sistema que impeça o surgimento de ruídos;• capa em polipropileno que assegura proteção contra a exposição de partes lubrificadas e contra o acúmulo de pó;• acabamento em pintura eletrostática a pó, na cor preta, com tratamento antiferrugem, acabamento fosco, revestindo totalmente as partes metálicas da estrutura; e• rodízio duplo em PU injetado, duplo giro, com eixo vertical e eixo horizontal em aço trefilado 1010/1020 e rodas com no mínimo 4,8 cm e no máximo 6 cm de diâmetro externo; o eixo vertical deve ser dotado de anel elástico em aço que evite a soltura espontânea; sobre os rodízios deve haver proteção de partes móveis em material não deformável e resistente a impactos, exceto metal.
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">• estrutura moldada em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro; com capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética; com perfil de proteção e acabamento em poliuretano injetado nas bordas com alta resistência mecânica contra impacto e a produtos químicos; OU estrutura em madeira compensada multi-lâminas, com, no mínimo, 7 lâminas, moldada anatomicamente a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos, com capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;• almofada em espuma injetada de poliuretano flexível em formato anatômico, com, no mínimo, 4 cm de espessura, isenta de CFC, alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento e alta tensão de ruptura, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• ligeira inclinação na parte frontal do assento;• fixação por meio de parafusos com sistema de travamento tipo porca garra ou similar que evite a soltura espontânea;• proteção em polipropileno injetado em toda a parte inferior do assento;• dimensões mínimas: 44 cm de profundidade e 46 cm de largura, com altura mínima em relação ao piso de 42 cm e altura máxima no mínimo de 51 cm;• sistema de regulagem de altura do assento com pistão pneumático classe 4 (gás) com no mínimo 9 cm de curso de regulagem para altura;• sistema de regulagem de movimento sincronizado entre o assento e o encosto na proporção de 2,0° a 2,5° do encosto para 1° do assento;• sistema de regulagem de tensão do movimento sincronizado assento/encosto; e• revestimento da almofada em lã azul, fogo-retardante (não propaga chama), resistente à ruptura, desfiadura e propagação de rasgos.

ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none"> • estrutura deve ser moldada em resina de poliéster reforçada com fibra de vidro com acabamento no contra-encosto em polipropileno com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética, fixada através de sistema macho-fêmea, sem a necessidade de parafusos; • almofada em espuma injetada de poliuretano flexível em formato anatômico, com, no mínimo, 4 cm de espessura, isenta de CFC, alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento e alta tensão de ruptura, baixa fadiga, baixa deformação permanente; • que obedeça a curvatura da coluna vertebral humana, com leve formato de contornos anatômicos; • ligação entre assento e encosto por chapa de aço estampada isenta de ângulos retos com, no mínimo, 6 mm de espessura e com capa de acabamento em polipropileno texturizado sem rugosidades e que permita fácil limpeza; • dimensões mínimas: 44 cm de altura e 41 cm de largura; • regulagem telescópica de altura do encosto, com, no mínimo, 8 posições de encaixe; • regulagem de inclinação do encosto, com bloqueio em, no mínimo, 4 posições; • sistema anti-impacto que impeça o retorno brusco do encosto contra o usuário no destravamento; • revestimento da almofada do encosto em tecido de lã na cor azul, fogo-retardante (não propaga chama); • sistema de regulagem de movimento sincronizado entre o assento e o encosto na proporção de 2,0° a 2,5° do encosto para 1° do assento; e • sistema de regulagem de tensão do movimento sincronizado assento/encosto.
APOIO DE BRAÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • apoio de braços com alma de vergalhão de aço trefilado, com largura mínima de 11 mm, revestido em poliuretano integral texturizado; • medidas mínimas do apoio: 7 cm de largura e 25 cm de comprimento; • leve inclinação na parte frontal do apoio; • regulagem telescópica vertical (de altura) com, no mínimo, 4 posições de encaixe num curso mínimo de 5 cm e regulagem horizontal (de abertura) com travamento e num curso mínimo de 3 cm para cada lado do assento; • corpo do apoio de braços revestido em polipropileno de alta resistência; e • acabamento com pintura eletrostática a pó, na cor preta, acabamento fosco, com tratamento antiferrugem através de tratamento químico com banho de fosfatização, revestindo totalmente a estrutura.
QUANTIDADE (mínima e máxima)	30 (trinta) unidades.
CÓDIGO SIASG	BR0303327

ITEM 5: LONGARINAS COM 3 (TRÊS) CADEIRAS

ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">• sobre longarina em tubo ABNT 1010/1020, com as dimensões mínimas de: 5 cm x 3 cm a seção e 1,5 mm de espessura da parede; com pintura eletrostática a pó, na cor preta, acabamento fosco, com tratamento antiferrugem, revestindo totalmente as partes metálicas da estrutura.
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">• em madeira compensada multi-lâminas, com, no mínimo, 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos, OU painel conformado anatomicamente, injetado em resina termoplástica, polipropileno (PP) copolímero;• espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 4 cm (quatro centímetros), alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizado com bordas arredondadas; de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;• dimensões mínimas: 44 cm de largura e 40 cm de profundidade;• altura mínima do assento ao chão: 44 cm; e• com borda frontal arredondada e ligeiramente inclinada.
ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none">• com estrutura de polipropileno ou em madeira compensada multilâminas, com, no mínimo, 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos;• espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 3 cm (três centímetros), alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizada com bordas arredondadas; de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética; e• dimensões mínimas: 32 cm de altura e 40 cm de largura.
REVESTIMENTO	<ul style="list-style-type: none">• revestimento em couro ecológico na cor preta.
QUANTIDADE (mínima e máxima)	45 (quarenta e cinco) unidades.
CÓDIGO SIASG	BR0309141

ITEM 6: LONGARINAS COM 3 (TRÊS) CADEIRAS

ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">• sobre longarina em tubo ABNT 1010/1020, com as dimensões mínimas de: 5 cm x 3 cm a seção e 1,5 mm de espessura da parede; com pintura eletrostática a pó, na cor preta, acabamento fosco, com tratamento antiferrugem, revestindo totalmente as partes metálicas da estrutura.
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">• em madeira compensada multilâminas, com, no mínimo, 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos, OU painel conformado anatomicamente, injetado em resina termoplástica, polipropileno (PP) copolímero;• espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 4 cm (quatro centímetros), alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizado com bordas arredondadas; de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética;• dimensões mínimas: 44 cm de largura e 40 cm de profundidade;• altura mínima do assento ao chão: 44 cm; e• com borda frontal arredondada e ligeiramente inclinada.
ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none">• com estrutura de polipropileno ou em madeira compensada multilâminas, com, no mínimo, 5 lâminas, moldada a quente, com tratamento hidrorrepelente e contra insetos e fungos;• espuma injetada de poliuretano flexível isenta de CFC, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 3 cm (três centímetros), alta resiliência, com alta resistência a ruptura e propagação de rasgos, alta tensão de alongamento, baixa fadiga, baixa deformação permanente;• capa de proteção e acabamento, em polipropileno texturizada com bordas arredondadas; de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistentes a produtos químicos, com características aceitáveis nos quesitos segurança e estética; e• dimensões mínimas: 32 cm de altura e 40 cm de largura.
REVESTIMENTO	<ul style="list-style-type: none">• revestimento em couro ecológico na cor preta.
QUANTIDADE (mínima e máxima)	15 (quinze) unidades.
CÓDIGO SIASG	BR0309141

ITEM 7: POLTRONAS ESPECIAIS – POLTRONAS TIPO PRESIDENTE

ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">• sistema de ajuste com trava em 4 (quatro) posições, no mínimo;• mecanismo sincronizado (2:1);• estrutura de fibra de carbono ou alumínio;• base com 5 hastes em poliamida injetada na cor preta; e• rodízios com rodas duplas, diâmetro mínimo de 5 cm, em poliuretano preto.
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">• assento em resina de engenharia termoplástica de alta resistência, conformado anatomicamente, com acabamento de espuma flexível de poliuretano, moldado anatomicamente;• assento com regulagem de altura base a gás e regulagem de altura e distância do assento;• regulagem de altura do assento através de alavanca independente;• apoio lombar injetado em polipropileno regulável na altura com livre movimento; e• assento com revestimento em couro natural/ecológico na cor preta.
ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none">• encosto telado na cor preta;• suporte de encosto em alumínio ou poliamida injetada: apoio lombar, regulável na altura na profundidade; e• sistema anti-impacto e regulagem de tensão do movimento de inclinação.
APOIO DE CABEÇA	<ul style="list-style-type: none">• apoio para cabeça com revestimento em poliuretano e regulagem de altura, na cor preta.
APOIO DE BRAÇO	<ul style="list-style-type: none">• apoio de braços com suporte em nylon, regulagem de altura, abertura, profundidade e ângulo, na cor preta.
QUANTIDADE (mínima e máxima)	20 (vinte) unidades.
CÓDIGO SIASG	150108

Obs. É obrigatório o envio de prospecto para análise, relativamente ao item 7.

PRODUTOS DE REFERÊNCIA:

ITEM 1: a) Marca Marelli, Modelo Mix 301; b) Marca Flexform, Modelo Doty; c) Marca OMP, Modelo Bridge.

ITEM 2: a) Marca Marelli, Modelo Energy 420i; b) Marca Flexform, Modelo Erme C; c) Marca OMP, Modelo Face / Torino.

ITEM 3: a) Marca Marelli, Modelo Mix 301; b) Marca Flexform, Modelo Doty; c) Marca OMP, Modelo Bridge.

ITEM 4: a) Marca Marelli, Modelo Energy 420i; b) Marca Flexform, Modelo Erme C; c) Marca OMP, Modelo Face / Torino.

ITENS 5 e 6: a) Marca Marelli, Modelo Active 712L; b) Marca Flexform, Modelo Plus; c) Marca OMP, Modelo Torino.

ITEM 7: a) Marca Marelli, Modelo Vegas 1005; b) Marca Flexform, Modelo LED.

Os produtos de referência citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, será aceito pela Administração, sem restrições, produto similar ao indicado, que detenha as especificações daquele).

CORES DE REFERÊNCIA:

ITENS 1, 2, 5 e 6: couro natural/ecológico preto.

ITENS 3 e 4: lã azul Royal.

Obs.: Estão disponíveis, na Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, amostras das cores (padrão vigente no TRESC). Serão aceitas cores similares às cores de referência.

PRAZO DE GARANTIA: no mínimo, 5 (cinco) anos.

PRAZO DE ENTREGA: no máximo, 30 (trinta) dias, após o recebimento do contrato, devidamente assinado.

LOCAL DE ENTREGA: Depósito de Móveis e Equipamentos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Rua Vereador Arthur Mariano, n. 555, Forquilha, São José/SC. As entregas deverão ser agendadas com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, por meio dos telefones (48) 3251 7453 ou (48) 3251 3865, no horário entre 13hs e 19hs, ou por *e-mail* para o endereço eletrônico aem@tre-sc.jus.br.

EMBALAGEM: as cadeiras deverão ser entregues embaladas individualmente.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA: o fornecedor deverá dispor de assistência técnica na região da Grande Florianópolis durante o prazo de garantia.

A exigência justifica-se em razão da necessidade de um pronto recolhimento das cadeiras, quando houver defeito durante o prazo de garantia, permitindo rápida solução do problema e devolução.

OBSERVAÇÕES: Se houver dúvidas com relação às especificações do produto orçado, o setor requisitante poderá solicitar e a empresa deverá apresentar amostras das cadeiras (montadas, para que se possa verificar a adequação com o pedido).

JUSTIFICATIVA: Justifica-se o presente pedido para atender às necessidades das Zonas Eleitorais e da sede deste Tribunal, garantindo quantitativo adequado de postos de trabalho e a funcionalidade dos ambientes, bem como restabelecer a reserva técnica desses móveis, haja vista o aumento da demanda por móveis que se mantém nos últimos anos.

Relativamente ao item 7, objetiva-se atender a solicitações formais de servidores necessitados de poltrona especial, com a finalidade de amenizar problemas de coluna, confirmados através de laudo médico.

PREGÃO N. 026/2016

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS*

* Valores em Real (R\$)

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE	UNIDADE	CUSTO ESTIMADO
					VALOR UNITÁRIO
1	CADEIRA DE INTERLOCUTOR SEM BRAÇOS, NA COR PRETA	Item de participação exclusiva de MEs/EPPs/ Cooperativas	50	Unidade	326,00
2	CADEIRAS DE DIGITADOR COM BRAÇOS, NA COR PRETA	Item de participação exclusiva de MEs/EPPs/ Cooperativas	50	Unidade	1.053,50
3	CADEIRA DE INTERLOCUTOR SEM BRAÇOS, EM LÃ AZUL	Item de participação exclusiva de MEs/EPPs/ Cooperativas	50	Unidade	326,00
4	CADEIRA DE DIGITADOR COM BRAÇOS, EM LÃ AZUL	Item de participação exclusiva de MEs/EPPs/ Cooperativas	30	Unidade	1.078,50
5	CADEIRAS, NA COR PRETA	Item de participação aberta	45	Unidade	1.465,50
6	CADEIRAS, NA COR PRETA	Item de participação exclusiva de MEs/EPPs/ Cooperativas	15	Unidade	1.465,50
7	POLTRONA TIPO PRESIDENTE	Item de participação exclusiva de MEs/EPPs/ Cooperativas	20	Unidade	2.790,00

- Planilha elaborada em 25 de fevereiro de 2016.

PREGÃO N. 026/2016

ANEXO III

INTENÇÃO DE PARTICIPAR DO CADASTRO DE RESERVA

..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n., licitante no PREGÃO ELETRÔNICO n. 026/2016, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, por meio de seu representante, Sr(a)....., R.G. n., aceita fazer parte do cadastro de reserva do ITEM e fornecer o objeto ao preço da respectiva proposta vencedora.

Florianópolis, de de 2016.
